

# Centro: Jurídicas

## Curso: Direito

**Título:** EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - A FORMAÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DO ENSINO JURÍDICO NAS ESCOLAS PÚBLICAS.

**Autores:** Ferraz, S. C. Souza, A. P. Silva, E.

**Email:** andrepeixotodesouza@gmail.com

**IES:** ESTÁCIO CURITIBA

**Palavra Chave:** Cidadania Ensino Jurídico Direitos Humanos

### Resumo:

A busca da cidadania é uma constante na história do Brasil, não tem como não vincular à busca da cidadania com a busca dos direitos humanos, podemos destacar como marco mais importantes a Inconfidência Mineira e a Guerra dos Canudos. A própria Independência do Brasil (1822) e a abolição dos escravos (1888) foi um marco para a liberdade e conquista da cidadania do povo brasileiro. Após estes acontecimentos a população brasileira passou por momentos críticos. Houve vários períodos com alternância de governos e mudanças de regimes. Em alguns desses momentos a cidadania foi brutalmente dilacerada. O regime ditatorial retirou os direitos fundamentais. O povo revoltado foi às ruas, (revolução), motivos que levaram o governo militar a ordenar torturas e prisões. Com o advento da libertação dos presos políticos, e com a anistia aos que estavam em exílio político nasce o movimento das “Diretas Já”, o qual tinha como objetivo principal dar ao cidadão o direito de escolher seus governantes através do voto direto. Proporcionando a conquista de uma nova Constituição (1988) esta com cláusulas pétreas garantindo o direito à vida, a liberdade, a propriedade, proibindo tortura ou tratamento desumano, dando liberdade de crença e de culto, garantindo o direito a expressão de pensamentos, liberdade de manifestação, etc. Mesmo após todas essas conquistas, infelizmente a democracia ainda não é plena no Brasil. Qual seria o papel do ensino jurídico nesse contexto? Pode-se afirmar que o ensino jurídico tem uma importante missão na preservação da memória histórica brasileira para a formação da cidadania. A educação em Direitos Humanos (Ensino Jurídico) é um processo pedagógico importante para o desenvolvimento cultural e conhecimentos básicos de Direito. Através destes conhecimentos proporcionar-se-á aos educandos os entendimentos dos seus direitos fundamentais e inalienáveis, além de seus deveres com o Estado. Sendo necessário instaurar um processo educativo desde a base escolar até os cursos universitários. Devem ser formados cidadãos capazes de analisar e questionar seus direitos/ deveres, assim exercendo a sua função no Estado Democrático conforme prevê nossa Constituição. A finalidade específica da aplicação das disciplinas de Ensino Jurídico nas escolas públicas é a formação de um sujeito conhecedor de suas responsabilidades sociais, conhecedor de seus direitos e deveres, proporcioná-lo conhecimentos dos direitos fundamentais e sociais, dando-lhe autonomia de escolher suas crenças, costumes, e etc. Contribuir, assim, para uma melhor compreensão do mundo em que vive. Tornando-o um cidadão crítico, capaz de transformar a sociedade cada vez mais justa. Formar para a cidadania implica formar para a responsabilidade, e para a participação na vida ativa da comunidade. Implica, ainda, em chamar a atenção para as responsabilidades dos cidadãos, decorrentes dos direitos e deveres consagrados na Constituição. (SAMPAIO, Jorge – In prefácio a HENRIQUES, Mendo, et al., Educação para a Cidadania, Plátano Editora, Lisboa, 1999.) O Ensino Jurídico é um processo sistemático e multidimensional que orienta à formação de sujeitos de direito, proporcionando conhecimentos multidisciplinares, integrando o conhecimento específico de cada matéria com conhecimentos de direitos humanos, ou seja, a afirmação de valores, atitudes e práticas que expressem uma cultura de direitos humanos, a afirmação de uma consciência cidadã, o desenvolvimento de processos metodológicos participativos, e o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção, e da defesa dos Direitos Humanos. É a formação do cidadão através das palavras que proporcionará a transformação do mundo, o diálogo tem o papel de impor um caminho pelo qual o cidadão ganha significação enquanto homens. A construção da cidadania depende das trocas de conhecimentos, e para existir essa troca o Estado tem que estar disposto a fazer seu papel. ☐

